



80 anos de serviço social  
**TENDÊNCIAS E DESAFIOS**



## **FATORES QUE INFLUENCIAM AS MULHERES À MATERNIDADE: CONSTRUTO BIOPSISSOCIAL OU ESCOLHA ÉTICA?**

**Grazielle Caroline Veloso Rezende**

### **RESUMO**

O presente artigo propõe um estudo teórico sobre a compreensão da maternidade na trajetória de vida da mulher desde o início das formações societárias até a atualidade. Tem por objetivo a desconstrução das concepções e representações patriarcais e machistas relacionadas à obrigatoriedade da maternidade imposta às mulheres. Assim, busca analisar e compreender a maternidade pela concepção biopsicossocial e promover outro olhar sobre a condição feminina e sua representação de escolha na sociedade sobre ser mulher e mãe.

**Palavras-chave:** Mulher. Maternidade. Biopsicossocial.

## 1 INTRODUÇÃO

Na atualidade, o interesse sobre os estudos dos papéis sociais desempenhados pela mulher nos diversos âmbitos de uma sociedade vem crescendo dentro do setor de pesquisa acadêmica. Pensa-se que tal interesse articula-se a partir da desenvoltura histórica das ciências humanas que vem questionando os diversos papéis atribuídos às atividades humanas como cristalizadas ou determinadas por algum segmento de ordem mítica ou científica.

Neste artigo, sugere-se, a partir de motivações da pesquisa acadêmica sobre a representação do papel da mulher, em sua maternidade, a busca da compreensão de como a funcionalidade desse papel institui e condiciona a mulher a um conjunto de valores nessa representação para a sociedade.

No Brasil, um país que ainda se fundamenta em uma cultura patriarcalista com seus resquícios machistas, ainda defende-se o pensamento de que é um dever da mulher desempenhar o papel de ser esposa e mãe. Isso ainda causa um desconforto social pela não aceitação da naturalidade daqueles que pensam que tal opção não se configura uma determinação por esse pensamento cultural.

Nessa linha de pesquisa, objetiva-se identificar quais as principais crenças (valores, pensamentos e funções sociais) relacionadas à construção da maternidade; compreender os fatores que orientam a sociedade a constituir e impor a maternidade à mulher, a partir dos contextos: político, cultural, religioso e social, bem como analisar o impacto da gravidez para a mulher considerando-se a perspectiva biopsicossocial.

Como aporte metodológico para a realização da pesquisa, primeiramente, desenvolveu-se a pesquisa bibliográfica de caráter exploratório para melhor conhecimento do tema e elaboração do referencial teórico, fazendo um apanhado histórico do papel imposto pela sociedade à mulher. Para a pesquisa exploratória, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, desenvolvida com base em material já elaborado, constituído, principalmente, de livros e artigos científicos para um mapeamento das principais teorias sobre a temática pesquisada. Para a constituição desse mapeamento, foi utilizada a fundamentação teórica de autores como Simone de Beauvoir, Betty Friedan, Nancy Chodorow, entre outros.

A condução do trabalho se firmou na pesquisa bibliográfica como requisito de sustentação para a exploração de quais condições biopsicossociais compõem a instituição da maternidade para a mulher na sociedade brasileira. A partir daqui, a desconstrução e

construção do papel da maternidade para a mulher torna-se um jogo que abarca uma complexidade de fatores psíquicos e sociais em contínuo movimento na formação de uma sociedade. Assim, convida-se o leitor a adentrar nessa linha de pesquisa a fim de elaborar perspectivas sobre novas reflexões acerca da maternidade.

## **2 O ENLACE HISTÓRICO SOBRE A MULHER, AS FAMÍLIAS E O PATRIARCALISMO**

Durante o período pré-histórico, a sociedade foi constituída, inicialmente, por pequenos agrupamentos de pessoas, em bandos de coletores e caçadores. Nesse período, já havia a divisão social de trabalho pelo gênero. Assim, as pessoas se espalharam e povoaram as áreas mais habitáveis no mundo. Com o início da civilização, houve um avanço e diferenciação entre as diversas instituições e culturas existentes, era uma forma de um grupo se diferenciar do outro. Cada civilização desenvolveu sua própria identidade e modo de viver. (STEARNS, 2013).

O sistema patriarcal foi reinante em todas as civilizações, iniciava-se pelo matrimônio, tendo-o como norma obrigatória, destituído do prazer e simpatia entre os cônjuges. A união matrimonial era realizada apenas para que homem e mulher dessem continuidade à espécie, visava-se apenas a procriação e constituição familiar. No caso, se a mulher fosse estéril, era justificado o rompimento dos votos, pois, com a esterilidade, a mulher tornava-se inútil para o marido. (COULANGES, 2004).

Segundo Leal (2012), durante a Idade Média, a representação feminina não evoluiu. O período medieval foi conhecido por um acentuado comportamento misógino, ou seja, a mulher era tratada como um ser diabólico. Os religiosos defendiam a história da criação para justificar a submissão feminina, segundo eles, as mulheres eram consideradas impuras e tendenciosas ao pecado e prazeres carnis; eram vistas dessa maneira porque todas descendiam de Eva, a mãe e a culpada pela degeneração humana.

No entanto, após um longo período de disseminação do ódio e menosprezo às mulheres, a Igreja medieval acabou por construir uma nova imagem feminina para a sociedade, fazia-se necessário criar um padrão ideal de comportamento feminino. Surge, então, o ideal da santificação, os religiosos viram em Maria, a mãe de Jesus Cristo, um ideal e exemplo dignos de mãe, mulher, esposa e virgem – santa e submissa. (LEAL, 2012).

De acordo com Badinter (1985), aos poucos, os homens que se consideravam mais educados abandonaram a acusação de malignidade. Mudaram a concepção que tinham sobre

as mulheres; de malignas e diabas, tornaram-se fracas e impotentes. Foram silenciadas por muito tempo, tal silêncio é traduzido pela representação de submissão e sujeição. Na Idade Média, o casamento ainda tinha como objetivo principal a reprodução. A função principal da mulher era ser uma fértil esposa e mãe devota. (LEAL, 2012).

## **2.1 O sistema patriarcal como detentor da imagem da mulher**

O sistema patriarcal tencionava as relações entre os gêneros. Os homens estavam sempre ansiosos por exercerem e preservarem o domínio sob as mulheres; elas, não muito satisfeitas e felizes, resignavam-se sem qualquer contestação da ordem imposta. (STEARNS, 2009).

Coulanges (2004) salienta a pequenez do papel da mulher comparada ao homem nas culturas passadas, ela ocupava uma posição secundária e subserviente. A mulher não era detentora da própria vida e sua condição era ser totalmente dependente do homem até a sua morte. A posse de sua vida, quando solteira, perpassava pelo domínio do pai e dos irmãos; quando casada, era sujeita ao marido. Ele tinha o poder de, antes de morrer, designar-lhe outro marido ou tutor.

A subalternidade feminina na sociedade, além de se apresentar como norma milenar e universal, também configura como a primeira forma de opressão na história da humanidade. Tal opressão mantinha o sistema patriarcal, no qual o homem mantinha seu poder por meio da opressão.

## **2.2 O surgimento da consciência crítica da mulher**

O surgimento de uma consciência crítica das mulheres acerca da dominação masculina e os movimentos de emancipação e libertação feminina são fenômenos bastante recentes. Começam a se projetar somente a partir do século XVII, com o surgimento a partir do renascimento, do capitalismo e do modernismo. (SARDENBERG; COSTA, 1994).

Cabe ressaltar dois acontecimentos históricos que foram extremamente significantes para a história das mulheres na sociedade: Revolução Francesa e Revolução Industrial.

A Revolução Francesa representou um grande avanço para as mulheres, pois foram beneficiadas com alguns direitos; ao se tornarem maiores de idade aos 21 anos, podiam casar-se sem a autorização dos pais e ter a igualdade de herança como todos os filhos. (SCHIMIDT, 2012).

## **2.3 A formação sócio-histórica do Brasil: histórias da mulher, das famílias, do patriarcalismo**

Desde o descobrimento do Brasil pelos portugueses, em 22 de abril de 1500, as mulheres também eram subjugadas e exploradas pelo sexo masculino. Encontraram-se nas terras brasileiras as índias e, de acordo com Mattos (2009), elas despertaram a atenção dos colonizadores pelos seus corpos desnudos e belezas exóticas.

Mattos (2009) ainda relata que os colonizadores aliaram-se aos índios como estratégia, sendo o “casamento” entre homem branco e índia a maneira ideal para povoar a terra e explorar os nativos.

Segundo Silva (2009), com o fracasso da escravidão dos índios para a realização das atividades necessárias, os europeus trouxeram um novo contingente de escravos: negros africanos que foram capturados e trazidos para o Brasil.

Para Silva (2009), o destino das negras escravizadas, além de trabalharem, também era procriar, assim, aumentaria o contingente de escravos, logo aumentaria a riqueza dos seus senhores.

Segundo Versiane, Aguiar Filho e Maluf (1999), a exploração sexual não se restringia apenas às senzalas, sendo praticada em outros ambientes. Eram levadas para trabalhar na casa dos senhores, servindo a ele e sua família, e também eram exploradas sexualmente.

Após décadas do descobrimento do Brasil e anos de exploração sexual às índias e negras, é que mulheres brancas chegariam para ajudar na povoação da colônia. Mesmo com o casamento de mulheres brancas com os colonos, havia uma condição de submissão ao ponto de não poderem reclamar ao marido sobre as relações mantidas por ele com as escravas. As senhoras, embora submissas aos senhores, exerciam a sua tirania sob as escravas como forma de demonstrar seu pseudopoder e revolta pela sua condição de vida. Porém, as negras escravas certamente viviam em situação pior, pois, além de suportarem a exploração e violência por parte dos senhores, eram obrigadas a suportarem os maus-tratos impingidos pelas senhoras. (SARDENBERG; COSTA, 1994).

Em razão da contextualização histórica, pode-se perceber que a mulher contemporânea é um reflexo de cada um dos papéis de mulheres citadas, apesar dos tempos e das mudanças, ainda há características de subjugação, inferiorização e representação que foram preservadas e reproduzidas como nas civilizações do passado.

As noções formadas sobre a condição feminina foram absurdas e ainda refletem a simples generalização e reprodução de comportamentos e conceitos herdados historicamente. As relações dos colonizadores brasileiros com negras e índias que aqui viviam não eram apenas sexuais, eram relações culturais e ideológicas. Tais mulheres eram condicionadas a assumirem a posição de mulheres brancas, a se vestirem e agirem de acordo com os costumes europeus.

A mulher atual é a construção de várias culturas e ideologias, tendo sido cristianizada, herdado o puritanismo medieval e carrega em seus ombros a obrigação ideológica e social de ser uma boa esposa e mãe. Mesmo tendo ocupado novas posições, adquirido a sua emancipação social, a mulher ainda se vê sem autonomia para decidir sua vida sem ter que responder aos julgamentos e pressões sociais.

### **3 MATERNIDADE: FEMINISMO VERSUS CONSTRUÇÃO PSÍQUICA E SOCIAL**

Toda essa construção social do papel da mulher tomou um simbolismo no movimento feminista no século passado. O movimento feminista abarca uma confluência de todos os registros históricos, culturais e sociais vivenciados por séculos no lugar ocupado pela mulher em sua relação de gênero.

Para tanto, pensa-se na relevância de dialogar com o conceito do movimento feminista como fenômeno que orienta a sociedade sobre o pensamento da construção da maternidade na atualidade.

#### **3.1 Feminismo**

O feminismo refere-se a uma doutrina ou movimento social cujos atores são, em sua maioria, mulheres que almejam a igualdade entre os gêneros, desarmando a hierarquia do relacionamento social. O feminismo pressupõe o surgimento de uma consciência de gênero feminista, na qual estão projetadas e reelaboradas as desigualdades vivenciadas por determinadas mulheres num determinado momento da história. Trata-se, hoje, de um movimento que questiona o papel da mulher na família, no trabalho e na sociedade, luta por uma transformação nas relações humanas e pela extinção das relações baseadas na discriminação social e de gênero. (SARDENBERG; COSTA, 1994).

O movimento feminista sempre esteve ligado à luta pela cidadania, pela escuta da voz das mulheres, pelo empoderamento feminino na esfera doméstica e pública. No Brasil, o

pensamento feminista surge, pela primeira vez, no século passado, por Nísia Floresta Brasileira Augusta, cujas obras marcam o acordar de uma consciência crítica da condição feminina na sociedade. (SARDENBERG; COSTA, 1994).

Um passo decisivo para a nova condição do gênero feminino foi a promulgação da Constituição Federal de 1988, quando a mulher conquistou a igualdade jurídica. O pátrio poder foi destituído e a mulher passou a ser considerada tão capaz quanto o homem. A mulher brasileira deixou de ser uma cidadã de segunda categoria, tendo por respaldo uma legislação mais progressista, menos discriminatória, que leva em consideração a especificidade da condição feminina. (COSTA, 2001).

O fenômeno do feminismo se apresenta como uma perspectiva caleidoscópica para abordar o conceito de maternidade na contemporaneidade. A maternidade, na atualidade, conjuga-se com uma série de mudanças e funções conquistadas pelo papel da mulher na sociedade. É desta forma que será tratada a maternidade sobre dois aspectos julgados como relevantes para a reflexão desta pesquisa.

### **3.2 Maternidade: perspectiva social**

Para certa visão social, a mulher está predestinada a ser mãe, pois ela tem o corpo com todos os recursos biológicos necessários à perpetuação da espécie, sendo ela a responsável por gerar e dar à luz: a vida. Ainda perpassa uma crença de que a mulher só se realiza quando aceita o seu destino fisiológico e abriga em seu ventre a vida de outro ser. (BEAUVOIR, 2009).

Nessa direção, olhando pelo ponto de vista biológico e social, uma mulher só se constitui a partir do ser mãe, e mais, uma boa mãe. A sobrevivência da espécie exige que as mulheres tenham seus filhos e toda exceção a esse padrão será fundamentalmente caracterizado em termos de exceções patológicas. A mãe indiferente é um desacato à natureza, é anormal e desumana por excelência (BADINTER, 1985).

Badinter (1985) , ressalta que, por causa dessa indiferença da mulher para com o seu bebê, podia haver maior ou menor amor materno. Para a autora, esse amor existe desde a origem da humanidade, pois seria impossível uma espécie sobreviver com sua ausência. Ainda afirma a autora que todos podiam maternar uma criança em atribuir esse sentimento de maternidade único e exclusivamente à mulher. Além da resistência que a mulher tinha em criar um vínculo emocional com o seu bebê, ela também evitava amamentá-lo. Assim, muitos bebês, ao nascerem, eram entregues às amas de leite.

Amamentar o próprio filho era sinônimo de pobreza e desvalorização social. No entanto, o amor materno continuava a ser visto como inconstante e mutável. Ao serem entregues aos cuidados das amas de leite, por vezes intituladas de amas mercenárias, por causa dos maus-tratos às crianças. Devido ao alto número de mortes de bebês, o Estado começou a manifestar certa preocupação com o destino e sobrevivência das crianças. Ao lado das preocupações humanitárias, existia um real interesse dos economistas pela produção em geral. No final do século XVIII, a criança adquiriu um valor mercantil - mão de obra e futuros soldados - uma nova imagem de mãe começou a ser definida e foi aperfeiçoada durante os dois séculos seguintes. Inicia-se a era em que o bebê e a criança tornam-se o centro da atenção materna. Desta forma, a mulher aceita qualquer sacrifício para que seu filho sobreviva, até mesmo amamentá-lo. (IDEM)

Segundo Maldonado (1985), a maternidade no século XIX se configurou como algo cultuado, vista como uma experiência religiosa. A mulher passou a ocupar, a partir dessa compreensão, um espaço de honra na sociedade, como também o filho. Devido às novas condições sociais e políticas, a mulher passou a ser responsável pelos cuidados e educação das crianças; a maternidade que antes era uma função biológica, passa a ter uma representação e função social.

No entanto, mesmo com as mudanças na representação da maternidade, havia as mulheres que se recusavam a matinar. O Estado novamente interveio para que as mulheres reconhecessem a sua “natureza” e cuidassem dos seus filhos, pois, só assim, teriam mais chances de vida. (BADINTER, 1985).

Após explorar a história da construção da maternidade e das atitudes maternas, pode-se dizer que a existência de um instinto materno é uma utopia. Não encontramos qualquer conduta universal e inata da mãe. Ao contrário, constatamos diferentes sentimentos. Pode-se entender que o amor materno se articula a partir de um sentimento que, em seu percurso, pode ser particularmente transitório, podendo existir ou não. Tudo depende da mãe, de sua história e da conjuntura social em que vive. Percebe-se que o amor materno não é inato às mulheres. É um constructo.

### **3.3 Maternidade: perspectiva psíquica**

Segundo Chodorow (2002), para a psicanálise, a divisão sexual do trabalho no âmbito familiar destaca a representação histórica e social específica das mulheres como mães. Essa distinção de papéis entre os gêneros masculino e feminino reforça a divisão sexual do

trabalho, aumenta a diferença entre os sexos, revelando que a própria família produz mulheres para serem mães. Assumir e resignar-se com o papel imposto traz grandes repercussões na vida da mulher e no seu reconhecimento social. (CHODOROW, 2002).

Para Beauvoir (2009), nem todas as mulheres desejam exercer a maternidade e quando a faz contrariando sua vontade íntima, pode ser algo avassalador e trazer grandes prejuízos para mãe e criança. Para a maioria das mulheres, é difícil admitir qual o sentimento envolvido na gravidez; aceitação, rejeição - já que a sociedade a julgaria desnaturada se não recebesse o seu papel materno com alegria e gozo, por isso, muitas se silenciam e vivem desorientadas pelas inseguranças e conflitos relacionados à sua função natural de dar continuidade à humanidade.

A leitura que a mulher faz do próprio corpo reflete esse conflito vivido por toda forma de maternidade. Tal conflito não apenas perpassa a ordem do corpo, mas a ordem psíquica e as funções sociais. Para tanto, no próximo capítulo, será apresentada uma proposta reflexiva sobre a construção dessa maternidade nos aspectos biológicos, psíquicos e sociais em vias de entender a performance da construção da maternidade na atual conjuntura.

#### **4 MATERNIDADE: CONSTRUÇÃO BIOPSIKOSSOCIAL**

O papel da mulher na história foi sempre retratado como o de mãe e esposa, mesmo assumindo outras tarefas, a maternidade ainda lhe compete e é sua função reproduzir. A mulher contemporânea herdou as representações femininas construídas ao longo da história. As ideologias sociais e culturais ainda encarregam e responsabilizam a mulher de ser uma boa esposa e genitora. Ao ver social, a maternidade é um destino do qual a mulher não pode fugir, devendo, portanto, submeter-se, pois é a única que tem o corpo e estrutura biológica para a reprodução da raça humana. Deve aceitar e cumprir com a sua missão, na qual somente se realizará enquanto mulher quando aceitá-la de bom grado e der a vida a outro ser. (BEAUVOIR, 2009).

A autora citada anteriormente ainda relata que a gravidez afeta todas as áreas da vida da mulher, inclusive sua condição psíquica. Quando gestante, vivencia sentimentos antagônicos, há momentos de alegria e aceitação, há outros de tristeza e rejeição. Seu corpo não mais lhe pertence, pois carrega no seu ventre um ser em desenvolvimento.

##### **4.1. Maternidade: construção biológica**

Compreendendo a função biológica da maternidade, pode-se destacar as meninas que exercem a maternidade ainda na adolescência. Com o corpo passando por transformações físicas e psicológicas.

A adolescência é um período de transição e crises, em que o ser humano que está em desenvolvimento luta para deixar para trás a criança que já foi um dia. Isso se dá a partir das novas vivências, dos variados processos que acompanham sua nova identidade, seja no campo biológico, social, espiritual ou psicológico. Para que possa surgir um adulto que será aceito pela sociedade, é preciso que todas as áreas estejam ajustadas e equilibradas. O adolescente busca um pertencimento social, uma afirmação da sua personalidade, autoestima e sexualidade. (XIMENES NETO et al., 2007).

Ainda segundo esse mesmo autor, na atual conjuntura, o que diz respeito à maternidade no período da adolescência, no Brasil e em países em evolução, é reconhecido como grave problema de saúde pública e perigo social, por ter um crescimento desenfreado e pelos problemas que a acompanham, tais como: risco de morte da mãe e do bebê, evasão escolar, ausência de estrutura qualificada para atender às gestantes adolescentes.

Faz-se necessário refletir para buscar entendimento de quais as razões e motivos que levam essas meninas tornarem-se mães, compreendendo a maternidade na adolescência como multicausal. Não pode ser analisado sem antes estudar todo o contexto social e psíquico no qual essa menina está inserida. Sua gravidez pode ser uma busca de autoafirmação, rebeldia, como forma de satisfazer ao namorado por acreditar que esse é o seu desejo, vontade de deixar a casa paterna e acreditam que o filho será a sua passagem para a liberdade ou outros motivos. Contudo, não se pode desprezar as ideologias herdadas culturalmente. (MOREIRA et al., 2008).

#### **4.2. Maternidade: construção psíquica**

A maternidade pela compreensão psíquica é vista como uma representação que sofre constantes mutações. Durante séculos, a maternidade foi vista como um episódio natural e biológico, limitando a privacidade da mulher e do seu estado emocional. (STEVENS, 2005).

De acordo com Moura (2013), o poder biológico atribuído à mulher por meio da maternidade também lhe confere poder na construção da vida psíquica do ser a quem deu a vida e que depende de sua atenção e cuidados para suprir suas necessidades primárias. A mulher assume uma relação dessemelhante de poder com a criança, é ela quem determina

tudo sobre a vida dela; como será satisfeita por ela e como a satisfará. Inicialmente, a criança não é reconhecida como um sujeito, sendo, portanto, objetificada.

Nesse ponto, faz-se necessária a intervenção paterna para que a criança não tenha sua vida psíquica completamente consumida pelos desejos da mãe. A mediação paterna é importante para todos os envolvidos, mãe e criança. Para a criança, porque será possível livrar-se do poder materno e viver como sujeito autônomo. Para a mãe, pois será possível voltar a viver sua condição feminina e ter sua vida social de volta. (MOURA, 2013).

A angústia gerada pela perversão sexual pode ser compreendida como um conflito entre o Id e o Superego, é quando o Id provoca excitação ao Eu utilizando-se de fantasias incomuns e extravagantes e tenta corrompê-lo. O Eu amparado pelo Superego, lutando para não se deixar corromper, pois reconhece que tais fantasias são ofensivas a sua percepção de moral. Com esse embate mental, aumenta-se a angústia do indivíduo, que desperta a necessidade de agir subitamente. Diante de tanta pressão o Eu se deixa perverter pelo Id, e busca em uma ação com o intuito de liberar sua perversão sexual ultrajante e minimizar sua angústia. O Eu age, sente-se temporariamente satisfeito e realizado, porém, tais sentimentos dão lugar à vergonha, culpa e até depressão. O sentimento de prazer e culpa faz com que o Eu entre em um círculo vicioso, buscando sempre satisfazer suas perversões. (WELLDON, 2008).

#### **4.3. Maternidade: construção social**

No decorrer dos anos, a religião, medicina e psicologia, por meio dos seus argumentos causaram danos às concepções relacionadas ao papel da mulher como mãe. Atualmente, a maternidade ainda sendo abstrusa e sua significação passando por incessantes alterações é um assunto de domínio público. O papel da mãe tradicional é apenas um dos novos papéis femininos que estão em evidência na sociedade. Hoje, tem-se a mãe lésbica, adotiva, mãe solteira, o homossexual que assume o papel materno, a mãe que aluga seu ventre, a mãe adolescente, negra etc. Mesmo diante de tamanha pluralidade, ainda há algumas reservas relacionadas ao papel da mulher enquanto genitora. (STEVENS, 2005).

De todas as conquistas das mulheres, a maternidade é a decisão mais complexa a ser tomada por elas. Mesmo com as atuais mudanças de conceito e percepção sobre a maternidade, esse ainda é seu maior desafio. A mulher assumiu novas posições, transpôs barreiras morais e legais, mas gerar uma vida é uma função exclusivamente feminina. Negar o exercício da maternidade prejudica a ordem societária e biológica do mundo. Mesmo não

sendo fácil para a mulher lidar com o estranhamento da sociedade diante da sua decisão de não ser mãe, mesmo tendo o direito a viverem outras oportunidades, a biologia a predispôs e a maternidade será sempre um assunto inerente ao feminino. (STEVENS, 2005).

O que se pode entender por maternidade é que ela é a junção dos elementos que compõem o biopsicossocial. Passa pela compreensão que uma mulher tem sobre o seu corpo em termos de direito e prazer. Alguém que abre a sua percepção pelas suas questões psíquicas, podendo desejar ser mãe de forma salutar ou não. Para que essa função biopsíquica esteja em consonância, ela a organiza dentro da vida social. Maternidade é um estado de ser, é efêmera, breve, é o exercício de uma maturidade do ser.

Atualmente, a mulher não deixa de viver sua vida social; trabalhar, estudar, por se tornar mãe, tampouco deixa de ser mulher por optar a não ser mãe. O estado de resolução, nitidez da mulher não é a maternidade, mas sim a construção que se faz dela pelo biopsicossocial.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Acredita-se que a vida e condição das mulheres, além de terem sofrido transformações no decorrer da história das sociedades, ainda estão em processo de mudanças, principalmente no Brasil, por se tratar de uma sociedade patriarcalista e machista, mas possuidora de normas e papéis dinâmicos.

A concepção social sobre a mulher passou por diversas transições, ela que antes era considerada um ser inferior e subalterno, demonizada, transformou-se em um ser divino, autônomo e possuidor de direitos. A ideia de que a natureza feminina determina quais papéis e funções domésticas ou secundárias a mulher deve assumir e a fragilidade e sensibilidade caracterizadas como pertencentes ao sexo feminino e que destinavam as mulheres à maternidade vêm sendo desconstruídas, pois a maternidade, como obrigação, constitui-se em um fardo para muitas mulheres.

Considerando-se a composição biopsicossocial da maternidade, percebeu-se a complexidade dos elementos que a envolvem. Sendo um constructo da sua condição biológica, psíquica e social, viu-se que não é algo tão natural para a mulher, assim como é discursado que toda mulher nasce pronta para se tornar mãe. A imposição biológica é determinante, na qual a mulher, ao ter relação sexual em período fértil e sem contraceptivo, engravidará, caso se previna, a gravidez ocorrerá apenas quando desejar.

Pela via psíquica, notou-se que esse é um espaço que pode abarcar patologias, desde a depressão puerperal a psicoses, levando a mulher até mesmo a cometer abusos e crimes contra o infante. No entanto, não havendo patologias, pode ser terapêutica, trazendo benefícios para a mulher e filho. No âmbito social, acredita-se que a maternidade não limita a mulher às suas atividades, podendo conciliar sua vida pública com a vida privada. A maternidade, que antes a limitava ao espaço doméstico, hoje não a impede de sair para lazer, estudo e trabalho, deixando seus filhos aos cuidados de terceiros.

A maternidade não mais determina a mulher, apenas complementa a sua vida e caracteriza-se como uma das muitas funções que pode exercer. Desta forma, conclui-se que a maternidade não é natural para a mulher e tampouco todas as mulheres possuem o instinto e desejo maternal, sendo uma decisão única e exclusiva da mulher, ao analisar se há em si o desejo ou não por ser mãe, não seguindo um determinismo ou imposição social.

Presencia-se o surgimento de um novo ideal de mulher: a que aprecia e valoriza sua liberdade e individualidade, almeja sua independência pessoal e econômica e deseja ocupar novos espaços no mundo público. A mulher deve ser a protagonista da própria vida e ver a maternidade como uma escolha ética.

## REFERÊNCIAS

BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CAMPOS, M. A. T. F. **A maternidade para as mulheres comuns contemporâneas**. 2013. 129 p. Tese (Doutorado Faculdade de Medicina) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <<http://dhl.handle.net/1843/BUOS-99QHGG>>. Acesso em: 18 jun. 2014.

COSTA, L. C. **Gênero: uma questão feminina?** Biblioteca. Núcleo de Pesquisa Universidade Estadual de Ponta Grossa. Disponível em: <<http://www.uepg.br/nupes/genero.htm>>. Acesso em: 31 jun. 2014.

COULANGES, F. de. **A cidade antiga**. Rio de Janeiro : Ediouro, 2004.

CHODOROW, N.. **Psicanálise da maternidade: uma crítica a Freud a partir da mulher**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 2002.

LEAL, L. S. M. As várias faces da mulher no medievo. **Linguagem, educação e memória**. Mato Grosso do Sul, v.03, p. 01-22, nov. 2012. Disponível em: <<http://www.uems.br/lem/EDICOES/03/Arquivos/larissaleal.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2014.

MATTOS, I. M. de. Uma outra mulher na história: imagens sobre as índias no Brasil. In: AUAD, S. M. V. A. V. (org). **Mulher: cinco séculos de desenvolvimento na América – capítulo Brasil**. Belo. Horizonte: O Lutador, 1999.

MOREIRA TMM, et al. Conflitos vivenciados pelas adolescentes com a descoberta da gravidez. **Revista Escola Enfermagem da USP** 2008; 42(2):312-20. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0080-62342008000200015](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342008000200015)>. Acesso em: 04 out. 2014.

PINTO, C. Feminismo, História e Poder. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, v.18, n.36, p.15-23, jun. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf>>. Acesso em: 31 jun. 2014.

SARDENBERG, C. M. B.; COSTA, A. A. A. Feminismos, feministas e movimentos sociais. In: BRANDÃO, L. R.; BINGEMER, M. C. L. (org.). **Mulher e relações de gênero**. São Paulo: Loyola, 1994.

SCHIMIDT, J. F. As mulheres na Revolução Francesa. **Revista Thema**. Rio Grande do Sul, v 9, n.2, p. 01-19, jun. 2012. Disponível em: <<http://revistathema.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/download/147/67>>. Acesso em: 24 jun. 2014.

SILVA, A. C. Mulher negra, cinco séculos de América Mulher Afro-Brasileira. In: AUAD, S. M. V. A. V. (org). **Mulher: cinco séculos de desenvolvimento na América – capítulo Brasil**. Belo. Horizonte: O Lutador, 1999.

SOUSA, A. F. de. O papel das mulheres na sociedade faraônica: a igualdade em discussão. **Fazendo gênero 8: corpo, violência e poder**. Santa Catarina, v. 8, p. 01-06, ago. 2008. Disponível em: <[http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST70/Aline\\_Fernandes\\_de\\_Sousa\\_70.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST70/Aline_Fernandes_de_Sousa_70.pdf)>. Acesso em: 23 jun. 2014.

STEARNS, P. N. **História das relações de gênero**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

STEVENS, C. M. T. Resignificando a maternidade: psicanálise e literatura. Gênero: **Revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero**, Niterói, v.5, n. 2, p. 65-79, 2005. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/3781>>. Acesso em: 09 set. 2014.

VERSIANE, C.; AGUIAR FILHO, J. P. de; MALUF, S. N. Mulher na América: visão empresarial. In: AUAD, S. M. V. A. V. (org). **Mulher: cinco séculos de desenvolvimento na América – capítulo Brasil**. Belo. Horizonte: O Lutador, 1999.

XIMENES NETO, F.R.G., et al. Gravidez na adolescência: motivos e percepções de adolescentes. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília 2007 maio-jun; 60(3):279-85. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v60n3/a06.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2014.

WELLDON, E.V. **O mito da maternidade glorificada**. Rev. bras. psicanál [online]. 2008, vol.42, n.4, pp. 113-123. ISSN 0486-641X. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbp/v42n4/v42n4a14.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2014.